

PROCESSO Nº

1640/18

REG. PROC. Nº

FL. 1

FOLHA Nº



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

### AUTOS DE

Projeto de lei nº 81/18  
convenção com a União -  
superintendência do  
patrimônio em I. Paulo -  
SPU/SP

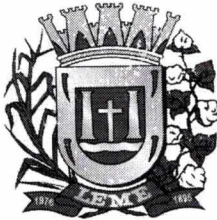
Autor: de Prefeito

### AUTUAÇÃO

Aos três dias do mês de junho de 2018  
autuo o PL. Nº 81/18 e o P. Nº 531/18  
em frente

Eu, [assinatura], subscrevi

Aut. 71/18

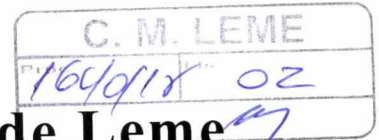


# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo

Proc. 1649/18  
CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

Prot. N. 1645 L. N.º 7 Fis. 7  
Recebido em 13/7/2018



Ofício nº 531/2018 - GP

Leme, 13 de julho de 2018.

Excelentíssimo Senhor,

Vimos à presença de Vossa Excelência e dos Dignos Vereadores que compõem essa Egrégia Câmara Municipal, com o objetivo de encaminhar Projeto de Lei que **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM VISTAS À FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LEME."**

Para melhor análise da proposta encaminhamos a justificativa necessária a sua apresentação, bem como documentação anexa, no sentido de que a mesma faça parte integrante do Projeto de Lei ora apresentado.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme

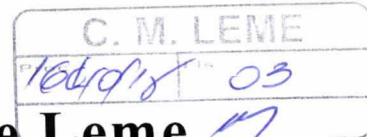
Ao  
Excelentíssimo Senhor,  
**RICARDO PINHEIRO DE ASSIS**  
Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.  
Nesta





# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



PROJETO DE LEI Nº 81 /2018.

**“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM VISTAS À FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LEME.”**

O Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo - SPU/SP, para intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no Município de Leme.

**Parágrafo único.** O convênio será celebrado de conformidade com a minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante.

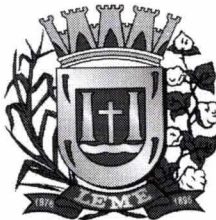
**Art. 2º.** O Poder Executivo poderá firmar termos aditivos ao convênio de que trata esta lei, que tenham por objeto ajustes, prorrogações e adequações direcionadas à consecução de suas finalidades.

**Art. 3º.** As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento vigente.

**Art. 4º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

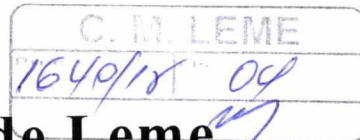
Leme, 13 de julho de 2018.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme



# Prefeitura do Município de Leme

Estado de São Paulo



## EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente e Senhores Vereadores,

Encaminhamos, para apreciação e deliberação dos membros dessa Casa Legislativa, o incluso projeto de lei que, conforme ementa, **"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO - SPU/SP, PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM VISTAS À FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LEME."**

Por meio do convênio objeto da presente propositura, o Município prestará relevante contribuição à União, no que tange à regularização da ocupação de imóveis de seu domínio, bem como será beneficiado com a cessão de imóveis a ela pertencentes, possibilitando a implementação de programas de interesse público, notadamente os de interesse social e comunitário.

Releva salientar, de outra parte, que o convênio será formalizado nos termos da minuta anexada ao projeto de lei, que dele faz parte integrante, o qual retrata modelo padronizado adotado pela Secretaria do Patrimônio da União.

Por envolverem, pois, ações cooperativas de grande importância para o Município, afigura-se oportuna e de interesse público a celebração do mencionado convênio.

Com essas considerações, solicitamos a atenção dos senhores Vereadores para a apreciação deste projeto de lei, na expectativa de sua aprovação.

Leme, 13 de julho de 2018.

**WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO**  
Prefeito do Município de Leme





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO  
Av. Prestes Maia, n.º 733, 13º andar - Luz - São Paulo/SP - CEP 01031-001  
Fone: (11) 2113-2462 / 2676 - e-mail: [spusp@planejamento.gov.br](mailto:spusp@planejamento.gov.br)

C. M. L. E.  
1649/18 05

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO – SPU/SP, E O MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXX, SP, PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM VISTAS À FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO.**

Aos XXX dias do mês de XXX de dois mil e dezessete, a **UNIÃO**, por intermédio da **SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO**, doravante denominada **SPU/SP**, com base na Portaria SPU nº 245, de 16 de agosto de 2007, publicada no Diário Oficial da União – DOU nº 160, seção 2, pg. 33, de 20 de agosto de 2007, sito à Avenida Prestes Maia, nº 733 – 13º andar – Bairro da Luz, São Paulo – Capital, representada pelo Superintendente, **ROBSON TUMA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.238.672-2 SSP/SP, inscrito no CPF nº 126.972.828-82, residente e domiciliado nesta Capital/SP, nomeado por meio da Portaria MP nº 612 de 3 de julho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 126, Seção nº 2, Página 51, de 4 de julho de 2017, e o **MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXX, SP**, com sede à rua XX nº XXX, XXX, XXX, SP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º. XXX, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito, **XXXXXXXXXXXXXX**, portador da cédula de identidade RG nº XXX, SSP/XX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXX, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, em conformidade com a Lei 8.666/93 e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** - O presente CONVÊNIO tem por objeto o intercâmbio de informações entre a **UNIÃO** e o **MUNICÍPIO** com vistas à formulação e implementação de ações conjuntas necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no município de XXXXXXXXXX, SP, de acordo com o Plano de Trabalho integrante do presente CONVÊNIO, em especial para:

- I. Regularização da ocupação de imóveis de domínio da União;

- II. Cessão de imóveis da União ao Município para implementação de programas de interesse público, notadamente os de interesse social e comunitário, observado o disposto na Lei nº 9.636/98, Lei nº 8.666/93, demais ditames legais e regulamentares sobre a matéria e prévia análise do processo e da minuta do contrato pela Consultoria Jurídica da União em São Paulo – CJU/SP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ÓRGÃOS EXECUTORES** – Para cumprimento do objeto deste CONVÊNIO, são competentes como executores a SPU/SP, pela UNIÃO, e a Prefeitura Municipal, pelo MUNICÍPIO.

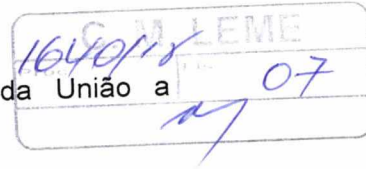
**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DA UNIÃO** – Para execução do objeto deste CONVÊNIO caberá à UNIÃO, por intermédio da SPU/SP:

- I. Colocar à disposição do MUNICÍPIO apoio técnico para obtenção de informações cadastrais e tabelas de valores genéricos visando ao desenvolvimento das atividades objeto do presente CONVÊNIO;
- II. Oferecer a necessária e indispensável colaboração para o levantamento estudo de aptidão e aproveitamento dos imóveis e providenciar os termos e instrumentos legais, observada a legislação pertinente;
- III. Outorgar ao MUNICÍPIO, mediante cessão, doação, aforamento ou instrumento legal alternativo mais adequado a cada caso concreto, a posse e/ou a propriedade de imóveis de seu domínio para implementação de programas de interesse comunitário, habitacional ou urbanístico, nos termos da Lei nº 9.636/98, observada, no que couber, a Lei nº 8.666/93;
- IV. Fornecer as diretrizes para o planejamento e desenvolvimento de projetos, em consonância com os demais órgãos responsáveis, levando em consideração os seus múltiplos aspectos, tais como o ambiental, de higiene, de saneamento, de urbanização, de turismo e lazer;
- V. Examinar a documentação dos detentores, a qualquer título, de imóveis da União e, de acordo com a legislação vigente, fornecer certidão comprovando a ocupação legal, se for o caso;
- VI. Acompanhar e supervisionar as atividades a desenvolvidas, oferecer treinamento necessário ao desenvolvimento dos trabalhos objeto do presente CONVÊNIO e encarregar-se, em conjunto com o MUNICÍPIO, da sua divulgação e esclarecimentos à comunidade;

**PARÁGRAFO ÚNICO – DOS AJUIZAMENTOS** – Verificada a necessidade de medidas judiciais para assegurar a manutenção ou a reintegração de posse de bens



imóveis da União, a SPU/SP encaminhará à Advocacia Geral da União a documentação necessária para a instauração do processo.



**CLÁUSULA QUARTA – DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO** – Para execução do objeto deste CONVÊNIO caberá ao MUNICÍPIO, por intermédio da Prefeitura Municipal:

- I. Colocar à disposição da SPU/SP apoio técnico para obtenção de informações cadastrais e tabelas de valores genéricos visando ao desenvolvimento das atividades objeto do presente CONVÊNIO;
- II. Colaborar no exame da documentação dos detentores, a qualquer título, de imóveis da União;
- III. Colaborar, em conjunto com a SPU/SP, no controle de invasões de terrenos de domínio da União e de uso comum do povo e embargar edificações irregulares, bem como oferecer treinamento necessário ao desenvolvimento dos trabalhos objeto do presente CONVÊNIO e encarregar-se de sua divulgação e esclarecimentos à comunidade;
- IV. Disponibilizar profissionais do MUNICÍPIO à SPU/SP, por ato próprio, bem como a eventual cessão de equipamentos;

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA** - O presente CONVÊNIO terá vigência de 2 (dois) anos contados da data da assinatura, podendo ser prorrogado por termo de aditamento, de comum acordo entre os partícipes, por iguais e sucessivos períodos.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES** – Mediante termos aditivos, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações ao presente CONVÊNIO, desde que não importem em descaracterização do seu objeto, dos quais constarão as áreas de atuação e as atividades a serem desenvolvidas.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA** - O presente CONVÊNIO poderá ser denunciado mediante manifestação escrita e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, por qualquer uma das partes, que serão responsáveis somente pelas obrigações assumidas no tempo em que dele participaram voluntariamente.

**CLÁUSULA OITAVA – VALIDADE E EFICÁCIA** – O presente CONVÊNIO somente terá validade e eficácia depois de publicado o seu extrato no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, sob responsabilidade da SPU/SP.

**CLÁUSULA NONA – DAS DESPESAS** – O presente CONVÊNIO não contempla repasse de recursos financeiros entre os partícipes, devendo cada um deles arcar com as despesas necessárias ao cumprimento de suas atribuições.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Fica estabelecido que surgindo atos que impliquem em repasses de recursos de um partícipe a outro haverá elaboração de ajuste em instrumento específico, a ser aprovado pelos signatários, com participação bilateral ou multilateral, conforme o caso, observada a legislação em vigor e o trâmite correspondente.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO** – PARA dirimir todas as questões oriundas do presente CONVÊNIO é competente a Justiça Federal, Seção Judiciária de São Paulo, de acordo com o disposto no art. 109 da Constituição Federal.

E, para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e acordado, é lavrado o presente CONVÊNIO, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado em 2 (duas) vias de igual teor pelos representantes e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

\_\_\_\_\_  
**ROBSON TUMA**  
Superintendente da SPU/SP

\_\_\_\_\_  
XXXXXXXXXXXXXXXXX  
Prefeito do Município de XXXXXXXXXXXXX

**TESTEMUNHAS**

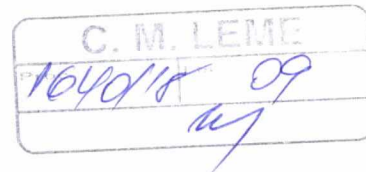
\_\_\_\_\_  
Nome  
RG  
CPF

\_\_\_\_\_  
Nome  
RG  
CPF





MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO  
SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO  
Av. Prestes Maia, n.º 733, 13º andar - Luz - São Paulo/SP - CEP 01031-001  
Fone: (11) 2113-2462 / 2676 - e-mail: [spusp@planejamento.gov.br](mailto:spusp@planejamento.gov.br)



## PLANO DE TRABALHO

A **UNIÃO**, por intermédio da **Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo – SPU/SP**, e o **MUNICÍPIO DE XXXXXXXXXX** firmam o presente Plano de Trabalho para o intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no **MUNICÍPIO**.

Mediante Termo Aditivo, as partes, de comum acordo, poderão promover alterações no presente Plano de Trabalho, desde que não importem na descaracterização de seu objetivo.

### 1. Objetivo:

Definir as metas, ações, etapas do desenvolvimento dos trabalhos, seus responsáveis, mecanismos de implementação das ações e demais atos necessários à consecução dos objetivos previstos no **CONVÊNIO**.

### 2. Metas:

Disciplinar e consolidar, no período de vigência do **CONVÊNIO**, o intercâmbio de informações para planejamento, desenvolvimento e implantação de projetos de cadastramento e regularização de ocupação de imóveis de domínio da União localizados no **MUNICÍPIO**.

### 3. Etapas de Execução:

- I. Disponibilizar informações cadastrais de áreas da União inclusive de ocupantes e foreiros e tabelas da Planta Genérica de Valores.
- II. Elaborar estudos de aptidão e aproveitamento dos imóveis da União.

- III. Elaborar diretrizes para o planejamento e desenvolvimento de projetos, considerando os múltiplos aspectos envolvidos, tais como o ambiental, de higiene, saneamento, urbanização, turismo e lazer;
- IV. Examinar a documentação dos detentores dos imóveis em áreas da União, a qualquer título.

**4. Plano de Aplicação de Recursos Financeiros, Humanos e de Infraestrutura:**

Cada partícipe custeará suas despesas não havendo, portanto, qualquer transferência de valores.

Quanto aos recursos humanos, o MUNICÍPIO colocará à disposição da SPU/SP funcionários do seu quadro de empregados para execução de atividades relacionadas aos trabalhos compartilhados.

No desenvolvimento dos trabalhos deverão ser utilizadas como bases o edifício da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo e o edifício da Prefeitura Municipal de XXXXXXXXXX.

**5. Prazos:**

As etapas de execução previstas no item 3 (três) deste Plano de Trabalho terão seu início após a publicação do extrato do CONVÊNIO no Diário Oficial da União e sua conclusão no prazo de vigência do CONVÊNIO.

São Paulo, XX de XXX de 2017.

**ROBSON TUMA**  
Superintendente da SPU/SP

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
Prefeito do Município de XXXXXXXXXX

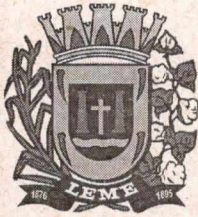


A Procuradoria Jurídica  
para parecer em 13/7/18

---

**PRESIDENTE**





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 81/18.

EMENTA: "AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SÃO PAULO – SPU/SP, PARA INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COM VISTAS À FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, UTILIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE OBRAS EM IMÓVEIS DE DOMÍNIO DA UNIÃO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE LEME".

AUTORIA: Prefeito Municipal.

**PARECER JURÍDICO**

Senhor Presidente.

O presente processo apresenta o projeto de Lei Ordinária que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo a celebrar Convênio com a União, por Intermédio da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo – SPU/SP, para intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de Regularização Fundiária, utilização e autorização de Obras em Imóveis de Domínio da União localizados no Município de Leme".

É o relatório.

Passo a opinar.

O Projeto versa sobre matéria de competência do Município em face do interesse local, encontrando amparo no artigo 30, inciso I da Constituição Federal, sendo sua iniciativa privativa do Prefeito, conforme dispõe o art. 30, § 1º, da Lei Orgânica do Município.





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C. M. LEME	
PROV. 1640/18	FIS. 12

O presente projeto de Lei é legal e está bem redigido, a espécie normativa foi adequadamente aplicada através de Lei Ordinária, contendo sua justificativa, conforme o disposto no artigo 30, § 3º da LOM, estando em condições de iniciar sua tramitação pela Casa.

O presente Projeto precisará ser submetido ao crivo das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação; Orçamento, Finanças e Contabilidade; Comissão de Obras e Serviços Públicos e Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo (art. 78, I, II, III e IV, do RI).


Para aprovação do Projeto da Lei nº 81/2018 será necessário o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara Municipal, conforme dispõe o artigo 29 da LOM.

No que tange ao mérito, a Procuradoria Jurídica não irá se pronunciar, pois caberá tão somente aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição, respeitando-se para tanto, as formalidades legais e regimentais.

A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

S.M.J diante dos fatos e razões apresentados no presente parecer técnico-jurídico baseado nos elementos formais, era o que tínhamos a opinar.

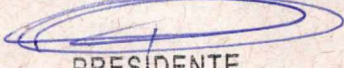
Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 16 de julho de 2018.

  
Lisânia Cristina Alves De Carli Azevedo de Góis  
Procuradora Jurídica



Ao Expediente

06/08/2018

  
PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☒

S.E.C.L.T. ☒

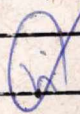
P.U.O.P.S. ☐

Em 06/08/18

**VISTA**

Em 07 de Agosto de 2018

Com vista na Comissão

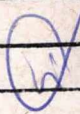
Funcionário 

**JUNTADA**

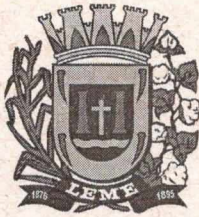
Em 14 de Agosto de 2018

raço juntada a estes autos na

Assessoria da Comissão

Funcionário 





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C. M. LEME</b>	
Proc	Fis
1640118	13

**PROJETO DE LEI Nº 81/2018**

**EMENTA:** “Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo – SPU/SP, para intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no município de Leme.”

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

**PARECER CONJUNTO**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO;**

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE;**

**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER A TURISMO**

**e,**

**COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo e Comissão de Obras e Serviços Públicos; reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta um único relatório, o qual é também o seu respectivo voto:

1-) Trata-se de projeto de lei, de Autoria do Senhor Prefeito Municipal, na busca de autorização legislativa para que o Município de Leme celebre Termo de Convênio com a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo – SPU/SP, para intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no município.





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C. M. LEME</b>	
PAGG	FIS
1640/18	14


2-) No que concerne a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, entendemos o relevante valor da proposta em questão, e ainda, o projeto é legal, está bem redigido, devidamente instruído não ofendendo a Constituição Federal, a LOM e demais legislações, assim sendo, esta Comissão é **FAVORÁVEL** à tramitação do mesmo por esta Casa, pois que, nada obsta a sua legal tramitação.

3-) Já no tocante à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade; Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo e Comissão de Obras e Serviços Públicos, entendemos presente o interesse e a conveniência, principalmente, quanto ao seu objetivo de regularizar a ocupação de imóveis pelo Município da União, bem como a cessão de imóveis, implementando ainda, programas de interesse público.


4-) Diante disso, a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, a Comissão de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo e a Comissão de Obras e Serviços Públicos por unanimidade de seus Membros é **FAVORÁVEL** que seja o presente projeto apreciado pelo PLENÁRIO desta Casa.

Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira",  
em 14 de agosto de 2018.

**Pela Comissão C. J.e R.**

  
Ellan Ricardo da Paixão  
Presidente

Amarílis de Oliveira Ribeiro  
Vice-Presidente

  
Elias Eliel Ferrara  
Secretário







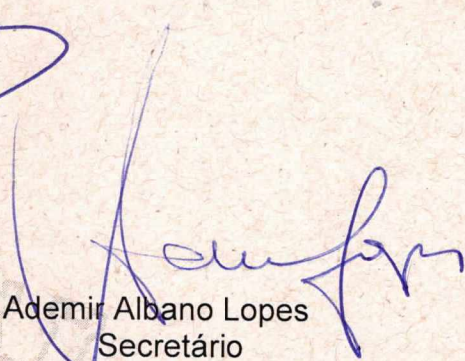
**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

<b>C. M. LEME</b>	
9640118	15


**Pela Comissão O. F. e C.**

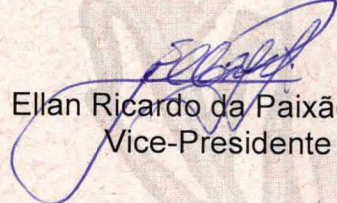
  
Elias Eliel Ferrara  
Presidente


  
Alexandre dos Santos Leme  
Vice-Presidente

  
Ademir Albano Lopes  
Secretário

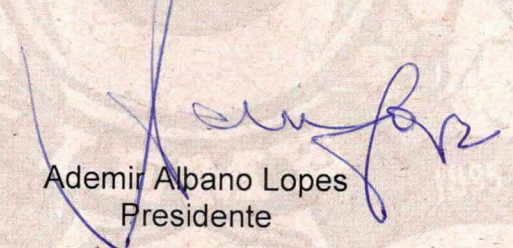
**Pela Comissão S.C.L. e T.**


  
Amarilis de Oliveira Ribeiro  
Presidente

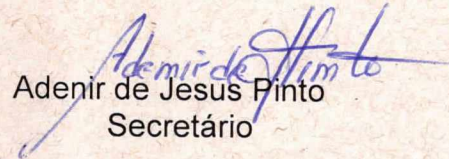
  
Ellan Ricardo da Paixão  
Vice-Presidente

  
Ricardo de Moraes Canata  
Secretário

**Pela Comissão O.S. P.**

  
Ademir Albano Lopes  
Presidente

  
Marimarcos Muniz Felix  
Vice-Presidente

  
Adenir de Jesus Pinto  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO


<b>C. M. LEME</b>	
PROT. 16401/18	F. 16

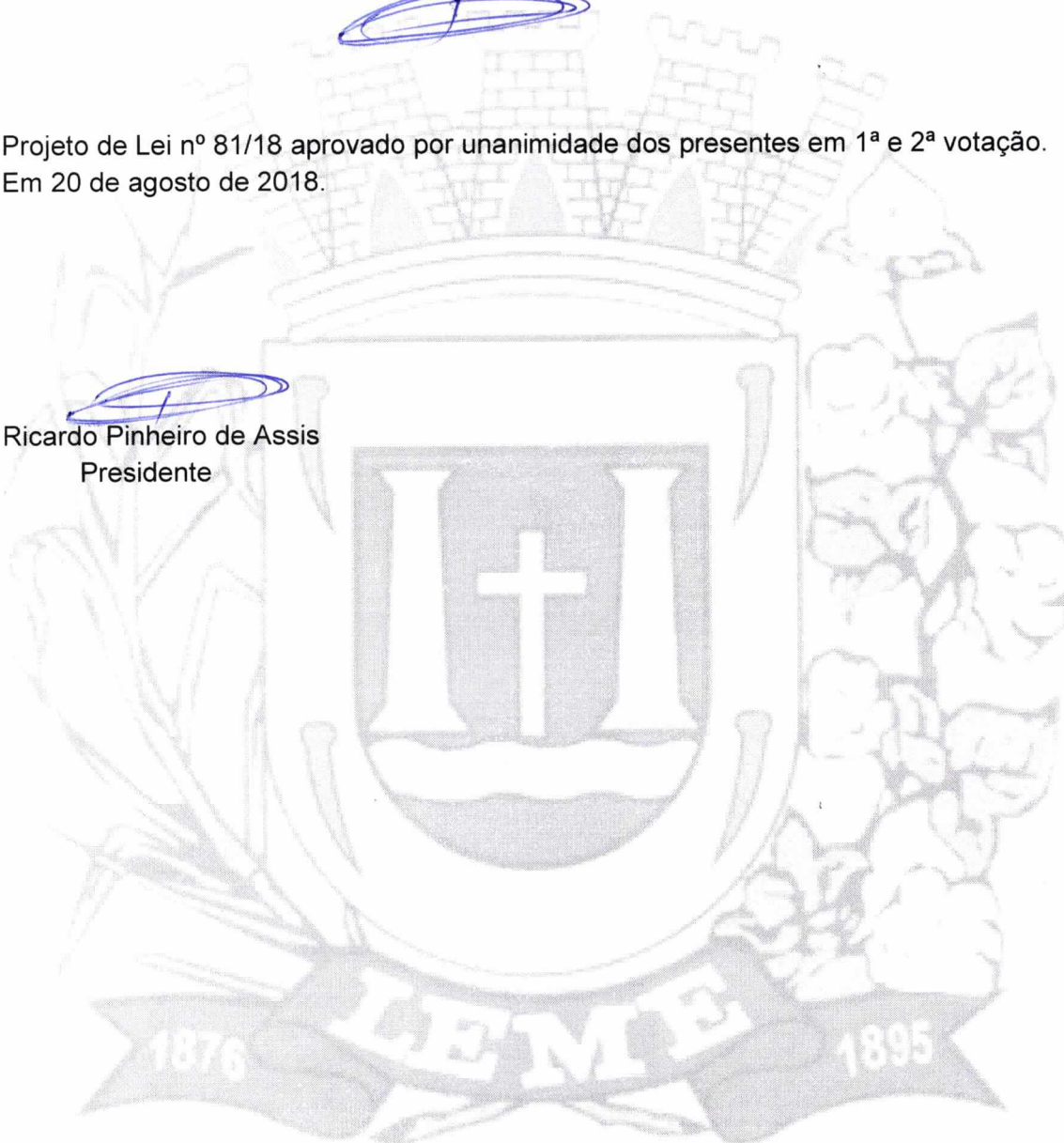
**A Ordem do Dia**

10/08/2018

PRESIDENTE

Projeto de Lei nº 81/18 aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª e 2ª votação.  
Em 20 de agosto de 2018.

  
Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente







**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

**Redação Final**

<b>C. M. LEME</b>	
PROG	FIS
16401/8	17

**“Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo – SPU/SP, para intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no Município de Leme.”**

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a União, por intermédio da Superintendência do Patrimônio da União em São Paulo – SPU/SP, para intercâmbio de informações com vistas à formulação e implementação de ações necessárias ao desenvolvimento de programas de regularização fundiária, utilização e autorização de obras em imóveis de domínio da União localizados no Município de Leme.

**Parágrafo Único.** O convênio será celebrado de conformidade com a minuta anexa, que da presente lei faz parte integrante.

**Art. 2º.** O Poder Executivo poderá firmar termos aditivos ao convênio de que trata esta lei, que tenham por objeto ajustes, prorrogações e adequações direcionadas à consecução de suas finalidades.

**Art. 3º.** As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias constantes do orçamento vigente.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 20 de agosto de 2018.

Ricardo Pinheiro de Assis  
Presidente